

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Lucas Nunes Nora de Souza

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Vicente Riccio.

Juiz de Fora
2016

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

PARTY WORKERS AND BRAZILIAN CULTURE POLICY

Lucas Nunes Nora de Souza¹

RESUMO

O presente artigo tem como propósito abordar a evolução política do partido dos trabalhadores (PT) desde sua formação nos anos de 1980 até a crise política iniciada no contexto do primeiro governo Lula. Para atender o objetivo proposto, iremos perpassar por temas centrais para tal discussão como, por exemplo, o presidencialismo de coalizão e o contexto social, político e econômico do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Partido dos Trabalhadores. Crise política. Presidencialismo de coalizão.

ABSTRACT

This article has the purpose to address the political evolution of the Workers Party (PT) since its formation in 1980 until the political crisis that began in the context of the first Lula government. To meet the proposed objective, we will pervade by central topics for discussion such as, for example, the coalition presidentialism and Brazil's the social, political and economical context.

KEYWORDS: Party workers. Political crisis. Coalition presidentialism.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa abordar a trajetória política do partido dos trabalhadores (PT) desde sua formação no contexto dos anos 1980 até a crise política iniciada no contexto do primeiro governo LULA. Para atender o objetivo proposto, iremos perpassar por temas centrais os quais encontram-se divididos em cinco eixos ao longo do desenvolvimento, tais eixos são: “História e contexto de surgimento do PT”, “O processo de consolidação do Partido dos Trabalhadores na década de 1980”, “As derrotas eleitorais no decorrer dos anos de 1990”, “A vitória de Lula em 2002” e por fim, “A Crise do Partido dos Trabalhadores e o Presidencialismo de Coalizão”.

2. DESENVOLVIMENTO EM CINCO EIXOS

2.1 História e Contexto de Surgimento do PT

O surgimento do Partido dos trabalhadores está intimamente ligado às mudanças sociais e políticas ocorridas em meados da década de 1970, como por exemplo, a crise do petróleo, o fim do milagre econômico e essencialmente o afrouxamento do regime militar iniciado por Geisel em 1974, situações estas que criaram um conturbado leque de esperanças e possibilitaram o surgimento de diversos grupos e movimentos sociais que se tornariam cruciais para formação do PT. Essas mudanças na estrutura de poder serviram de estímulo a intelectuais de oposição para que estes buscassem e explicassem potenciais movimentos de oposição e resistência ao regime. Os grupos estudados nesse período que merecem destaque neste trabalho são: os grupos católicos voltados ao social e a esquerda, os sindicatos operários e as associações de bairro. Cabe destacar que este processo de estudo deu grande visibilidade a tais movimentos que receberam amplo apoio da sociedade civil e da imprensa.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: lucasnora_jf@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Vicente Riccio.

Faz notório frisar que esse novos atores sociais ganharam importância e se utilizou dessa visibilidade para forçar o governo militar a lhes conceder novos direitos. Nesse contexto tais atores sociais passaram a manifestar características políticas, gerando o que vários autores chamam de “explosão da sociedade civil”, uma vez que esta se converteu no principal campo de relação política. Devemos enfatizar também que a sociedade civil se uniu num grande movimento de base favorável a democratização.

Em 1979 ocorreu a reforma política partidária que pôs fim ao bi partidarismo, lei esta criada pelos militares no ano de 1966 que permitia a existência legal de apenas dois partidos, sendo ele o ARENA (Aliança de Renovação Nacional) favorável ao regime e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) contrário ao regime. Essa extinção foi uma evidente tentativa do regime militar para fragmentar a oposição em diversos partidos diminuindo assim a influência desta. Como corrobora Keck (1991) o PT por seu caráter mais social do que político no início de sua existência agiu de acordo com a intenção dos militares, visto que neste período o mencionado partido desprezava as alianças políticas. É mister salientarmos que com essa reforma o centro das discussões se transferiu de vez do campo social para o campo político.

Com o fim do bi partidarismo surgem seis novos partidos no cenário político nacional dentre eles o (fazer nota de rodapé citando os outros partidos PG 38 KECK) Partido dos Trabalhadores que nasceu da união dos seguintes grupos sociais: o movimento sindical, a intelligentsia oriunda da luta armada e a esquerda católica.

Nesse sentido Werneck Vianna (2006) afirma que o PT surgiu do sindicalismo para política com um VIES PARTICULAR, ou seja, de não identificar logo no início que a política tem uma lógica própria. Devemos ter clareza, que o partido advindo do movimento sindical adentrou no campo político expondo sua pauta social de maneira abrupta sem negociar com este mencionado campo no qual sua pauta era posta. Nesse contexto a força do social deveria se impor frente à política, levando a uma ruptura com o sistema político vigente à época.

É importante salientarmos, que essa ideia de ruptura permeou a formação do PT que enxergava em sua sólida base social a força necessária para garantir sua pauta prescindindo assim, dos demais atores políticos.

A partir do afrouxamento do regime militar e da união da sociedade civil a favor da democratização e contra o Estado, o movimento sindical vê a possibilidade de reformar suas bases que seguiam uma cartilha getulista e eram demasiadamente influenciadas pelo Estado. Tais reformas deram origem ao chamado novo sindicalismo movimento, de base cujo objetivo era romper com as estruturas corporativistas dando autonomia plena ao movimento sindical.

Nos anos de 1978 e 1979 eclodiram importantes greves deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que se espalharam por todo território nacional, afetando diversos setores produtivos e de serviços. Nesse contexto surgiram importantes líderes sindicais tais como Lula, Olívio Dutra, João Paulo Pires e Jacó Bittar.

Essas greves geraram novos vínculos entre os líderes operários e criaram um sentimento de mudança na base operária que se mostrava organizada e massiva, disposta a criar uma representação política.

Nesse período entra em cena a intelligentsia oriunda da luta armada que enxergava nesse movimento social de base vestígios de suas ambições revolucionárias. Esses grupos encontravam-se em processo de reestruturação e enxergavam na fundação do PT uma utopia revolucionária, uma vez que Karl Marx mencionou no Manifesto Comunista da fundação de um partido trabalhista pelos próprios trabalhadores no, partido este livre do julgo do Estado e da burguesia que comumente comandavam o sistema político.

Por último, mas não menos importante falaremos da esquerda católica, que organizadas nas comunidades eclesiais de base (CEBs) se espalharam por todo território nacional, em suas maiorias encorajadas pela teologia da libertação, ideologia canônica que visava unir marxismo e cristianismo. Essas ideias foram absorvidas pela CNBB que manifestava severas críticas ao modelo econômico construído pelo regime militar, denunciando-o como autoritário, bárbaro e injusto.

Essas três camadas abordadas acima - a intelligentsia oriunda da luta armada, o novo sindicalismo e uma parcela da igreja voltada à esquerda - vislumbravam no social um local de convergência. Em 10/02/1980 fundaram no colégio Sion em São Paulo o Partido dos Trabalhadores, partido este representante de um socialismo libertário descompromissado com as afirmações doutrinárias, resistente ao Estado e a política, pautado nos movimentos sociais, mecânico quanto às

instituições, sobretudo ao parlamento e entusiasmado por um incerto propósito de rompimento com a ordem burguesa.

“no item 97 da resolução socialismo, esta escrito que o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstancia que se tolera, até o dia em que suprimidas as classes sociais supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento. O item 98 refuta a chamada pluralidade para os partidos operários, ou seja, para quem pensa como nos, que, historicamente, só pode levar as formas de ditadura. O item 99 estabelece claramente: O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical, etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância de poder.” (GUIMARÃES, 2007, p.49)

2.2 O processo de consolidação do Partido dos Trabalhadores na década de 1980

Sob o ponto de vista econômico essa década é comumente chamada de década perdida por conta das taxas de crescimento do PIB, o aumento da inflação, a diminuição da produção industrial, o crescimento do desemprego e vários outros indicadores que demonstraram o desastre econômico que foi tal década. Contudo no âmbito político essa década foi gloriosa, não unicamente por se estabeleceram diversas organizações e partidos populares, mas também pela abertura política e a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Posto isto, podemos destacar que a democratização foi o que de mais importante ocorreu no campo político na década perdida para economia, uma vez que ela propiciou aos movimentos sociais populares tanto um papel central no cenário social, quanto no cenário político.

A efervescência social dessa década foi crucial para que a sociedade civil se organizasse na campanha das diretas já e ainda para estruturação de importantes movimentos sociais como, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que representava o novo sindicalismo e Movimento dos Sem Terra (MST). A junção desses movimentos sociais organizados e da sociedade civil foram cruciais para a consolidação do PT como partido popular, trabalhista e de oposição ao sistema político vigente. O partido evoluiu de forma gradual organizando as diferentes bases populares que o compunham e a cada eleição se tornava mais sólido.

Em 1982 o partido ultrapassava a primeira barreira para sua consolidação recebendo no dia 11 de fevereiro deste mesmo ano o registro provisório, fato este que barrou o projeto inicial do partido que se baseava na conscientização gradativa dos trabalhadores, simultaneamente com ampliação dos movimentos da sociedade civil e a estruturação do partido baseado na participação em massa de seus membros. Por conta desta legalização foi necessária uma corrida contra o tempo para cumprir as determinações legais mínimas.

Ainda no ano de 1982 o partido estipulou metas gananciosas para captação de novos membros, tal partido queria estabelecer diretórios em pelo menos 40% das cidades de cada estado até julho de 1982 e auferir um milhão de membros até maio de 1982.

O processo eleitoral de 1982 gerou um efeito significativo sobre as estruturas do partido, pois permitiu o recolhimento de dados sobre a situação do partido em diversos locais do país. A prática eleitoral levou a cúpula do PT a refletir acerca da imagem do partido e o seu crescimento em nível nacional.

A campanha de 1982 foi baseada em duas pautas principais: a ascensão ao poder e a supremacia da classe trabalhadora. O segundo tópico tomou a dianteira na campanha e deu origem ao slogan “trabalhador vota em trabalhador”.

Quanto aos resultados das eleições, estes foram terríveis para o PT. Os objetivos não foram alcançados, ou seja, não foram atingidos nem os 5% dos votos em âmbito nacional e nem os 3% em no mínimo nove estados da federação como estabelecido em lei. Somente no estado de São Paulo e no Acre que o mínimo exigido foi alcançado 9,9% e 5,4% respectivamente.

Aa eleições de 1982 representaram uma desilusão para os militantes petistas que esperavam uma vitória significativa. O partido teve dificuldade em gerir a derrota o que o levou a se afastar do campo eleitoral e a fortalecer seus vínculos com os movimentos sociais e o movimento operário.

Nesse contexto apareceram no horizonte as eleições municipais de 1985 cujo bom desempenho do partido serviu como alento as eleições de 1982 e ainda mostraram que o partido era viável politicamente. O PT elegeu Maria Luiza para prefeitura de Fortaleza e obteve o segundo lugar em cinco capitais, além de conquistar 20% dos votos na cidade de São Paulo. Esse triunfo eleitoral se deu em boa medida pelas mudanças realizadas nas campanhas, o partido utilizou os meios de comunicação de forma eficiente. Como forma de realçar o que foi dito, iremos citar um comentário de Lula o qual é citado por Keck (1991),

“Nós aprendemos que uma coisa é falar num comício para motivar os militantes e outra é falar na TV para uma dona de casa que você precisa convencer. E você não convence se não obriga-la a continuar assistindo o programa” (p. 180)

As eleições de 1988 constituíram um importante símbolo de transição, pois o partido ganhou as mesmas em trinta e um municípios, incluindo três capitais: São Paulo, Vitória e Porto Alegre, e ainda três cidades do ABCD: São Bernardo, Santo André e Diadema. O partido ainda ganhou prefeituras em áreas de conflito rural onde seus militantes desempenhavam atividades com o movimento dos sem terra (MST). É importante frisar que as bases rurais foram determinantes para o sucesso eleitoral do partido. Esses números serviram de aviso aos candidatos à presidência em 1989 que tentaram se exibir como oposição, já que a captação dos votos de oposição se tornou crucial para o sucesso eleitoral.

As eleições presidenciais de 1989 serviram como marco de consolidação do partido, pois Lula ao alcançar 47% dos votos válidos no segundo turno, consolidou a posição do partido como oposição representante dos grupos sociais populares, destacando-se os movimentos camponeses (MST) e sindicais (CUT).

Seguindo as ideias de Keck (1991) e o exposto ao longo do capítulo dois, podemos afirmar que as eleições representaram o cerne principal da consolidação do PT enquanto partido político, haja vista que o partido aprendeu a lidar com o sistema eleitoral, gerindo os interesses sociais de sua base e os interesses institucionais do partido enquanto movimento político.

2.3 As derrotas eleitorais no decorrer dos anos de 1990

Os anos 90 não representaram apenas derrotas para o Partido dos Trabalhadores, pois nesse período o partido cresceu e se estabilizou como grande representante dos movimentos da esquerda democrática.

Em 1992 o partido perdeu o controle de São Paulo maior cidade do Brasil. Tal perda foi dotada de grande simbolismo, pois representou uma perda de poder. No entanto, ainda neste ano o PT elegeu seus representantes em quatro capitais, sendo elas: Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Rio Branco e em outros 49 municípios.

No ano de 1994 o PT lançou a candidatura de Lula a presidência da república, embalado pela expressiva votação obtida nas eleições presidenciais de 1988 e pelo papel central desempenhado na campanha pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo em 1992.

No entanto a nomeação de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Economia. FHC ao lançar uma nova moeda, conter a inflação e gerar um aumento expressivo do consumo, ganhou um imenso destaque político, sendo lançado como candidato a presidência pelo PSDB e tendo como principal aliado o PFL.

O resultado da eleição presidencial foi desastroso para o PT que recebeu apenas dezessete milhões de votos, ou seja, aproximadamente 27% dos votos válidos. O partido representante dos movimentos populares e de oposição sucumbiu diante da classe média que visualizavam no plano real uma esperança econômica e social.

Ainda nas eleições de 1994 o PT elegeu dois governadores um no Distrito Federal e outro no Espírito Santo além de quatro senadores, cinquenta deputados federais e noventa e dois estaduais.

Nas eleições municipais de 1996, o partido triunfou em 111 municípios incluindo Porto Alegre onde se confirmava como partido hegemônico e ainda se mostrou um forte concorrente em inúmeros municípios.

Mais uma vez em 1998 colocaram-se em competição dois esquemas de poder antagônicos. O então presidente FHC era o favorito na disputa eleitoral, tendo seu apoio em uma grande coalizão de partidos de centro direita. Foi a primeira coalizão dessa magnitude desde a redemocratização em 1985.

O principal candidato da oposição era Lula, cuja pauta baseava-se em transformações sociais e econômicas, visando modificar as bases da sociedade brasileira. A candidatura do PT teve apoio dos movimentos populares e sindicais, como o MST e a CUT e diversos partidos de esquerda.

Apesar das eleições de 1998 se realizarem sob um quadro de forte crise econômica, venceu FHC com sua pauta neoliberal, enterrando pelo menos nesse momento o sonho petista de “terra, pão e emprego”.

Após três derrotas consecutivas na disputa para presidência da república a direção política do PT percebeu a necessidade de repensar os seus métodos de campanha e suas alianças. A cúpula do PT constatou que o confinamento da candidatura de Lula nessa eleição foi o principal motivo do seu fracasso.

Tornou-se fundamental aumentar os elos políticos, buscando apoio inclusive das classes dominantes e ainda a revisão dos programas econômicos partidários que foram dotados características liberais de a partir deste momento .

2.4 A vitória de Lula em 2002

As derrotas vivenciadas pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 90 foram cruciais para o triunfo no pleito de 2002, pois com as derrotas, a cúpula política do partido reconheceu à necessidade de moderar o discurso adequando-o também as classes dominantes percebendo ainda a importância de negociar alianças com as forças de centro. Lula abandonou as pautas tradicionais da esquerda e caminhou ao centro buscando uma estratégia eleitoral comumente associada a socialdemocracia. Ainda neste percurso de mudanças ocorre a profissionalização da campanha política que foi realizada por profissionais contratados e não mais pela militância organizada como era feito até então.

As mudanças impetradas pelo partido nesse sentido se mostraram positivas no momento em que a candidatura de Lula se apresentou sólida e praticamente garantida no segundo turno das eleições.

Para Werneck Vianna (2006) a candidatura de Lula deu certo em 2002 justamente por ter se distanciado das três últimas. O autor ressalta que se Lula ganhasse o pleito seria um presidente socialdemocrata, com sólidas obrigações com o centro e teria de abandonar tradicionais ideias de ruptura que desde a formação permearam o ideário político do PT. No decorrer deste trabalho demonstraremos que a brilhante análise feita por Werneck Vianna foi correta.

Luís Inácio Lula da Silva (um ex operário e sem titulação superior) é eleito como primeiro presidente da república pelo Partido dos trabalhadores no dia 27 de outubro de 2002. O candidato ascendeu ao mais alto cargo da república com 53 milhões de votos cerca de 61% dos votos válidos. Nesse momento Lula se mostrou mais conservador, com fortes ligações com o centro político e não representou um risco real para direita, tanto que o ex-ministro do regime militar - Delfim Netto (PPB-SP) - afirmou logo no início do governo que o PT faria um governo socialdemocrata de verdade.

Lula assumiu o governo manifestando a intenção de estabelecer um pacto social unindo diversos setores sociais em torno de um projeto de governo que livrasse o país da crise. Esse tom de conciliação podia ser observado desde o início da campanha que teve como slogan “Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor.”.

Podemos concluir assim, que a vitória política de 2002 foi resultado direto das alianças feitas pelo partido com o centro, uma vez que agindo assim atraíram nomes que detinham grande visibilidade eleitoral como: José Sarney (PMDB-AP), Itamar Franco (sem partido), Orestes Quércia (PMDB), Eugêni Staub (Gradiente) e Josmar Avelino (ex-presidente da Klabin) e Delfim Netto (PPB-SP). Outro relevante fator integrante da vitória petista foi à profissionalização da campanha com a contratação do marqueteiro Duda Mendonça que criou uma imagem de Lula como negociador e estadista que seria capaz de gerir todos os problemas do país fossem no âmbito social, econômico, político, etc.

2.5 A Crise do Partido dos Trabalhadores e o Presidencialismo de Coalizão

Passado o momento de jubilo pela vitória eleitoral surgiram os primeiros desafios para Lula que apesar da vitória expressiva nas eleições presidenciais não contava com uma maioria no Congresso Nacional sendo necessário que o Partido buscasse imediatamente apoio para governar.

Lula ainda precisava administrar o medo que a eleição de um partido de esquerda para presidência causou em alguns setores da sociedade, o que engessava certas ações do governo, já que mudanças abruptas poderiam gerar instabilidade política.

“poderíamos recuperar aqui um quadro de instabilidade da Venezuela, sair inteiramente do controle” (WERNECK VIANNA, 2006, p. 165)

Logo no início do governo Lula o partido adotou medidas contrárias as promessas de campanha visando à estabilização do governo e honrando as alianças com o centro, sendo acusado por setores de esquerdas mais radicais de estar reproduzindo a política econômica do antigo presidente FHC.

Essas medidas geraram conflitos internos que resultaram na expulsão de importantes membros do partido como: a senadora Heloisa Helena e os deputados federais João Batista Babá, João Fonte e Luciana Genro. Essas expulsões representaram uma mudança na formação interna do partido que até então se baseava numa estrutura poliárquica e democrática com vários núcleos de poder e constantes disputas internas que eram resolvidas através do consenso comum.

A expulsão dos radicais produziu um consenso jamais visto na história partidária, no entanto esse consenso foi imposto de maneira verticalizada de cima pra baixo. O PT governista passou a comandar o partido, com a vitória eleitoral de Lula as disputas partidárias passaram a ser julgadas administrativamente. Nas palavras de Werneck Vianna (2006) “o centralismo burocrático prevalece no partido”.

Nesse momento o partido já demonstrava claramente que não faria um governo de esquerda como era esperado, mas sim um governo de centro democrático unindo crescimento econômico com o social. O partido manteve as políticas econômicas do antigo governo até mesmo aprofundando-as em certos casos como por exemplo a reforma da previdência.

A dualidade exposta acima se deve as escolhas realizadas pelo PT para ascender ao poder, pois ao chegar à vitória tal partido se viu impelido a caminhar ao centro refutando de certa maneira seu passado de partido anti-sistêmico e de oposição.

Além dessa crise interna após a ascensão ao poder o partido também enfrentou uma crise política sem precedentes na história do partido. Essa crise foi gerada pela opção de governar utilizando o presidencialismo de coalizão.

O termo presidencialismo de coalizão foi formulado pelo cientista político Sérgio Abranches no ano de 1988 e desde então é utilizado pra descrever as estruturas e mecanismos de desempenho do sistema político brasileiro.

O presidencialismo de coalizão nada mais foi e é que a realização de acordos entre o chefe do executivo e os membros do legislativo, onde o primeiro visa apoio para governar e os segundos montar consórcios ganhando poder institucional e político.

Segundo FHC não importava o quão bem votado o presidente da república tenha sido, no outro dia este deve buscar apoio no legislativo, sob pena de não obter uma base aliada e apesar de deter um imenso poder institucional não governará.

O sistema político brasileiro possui características que complicam essa situação, haja vista que o executivo detém um imenso poder de decisão concentrado em alguns poucos cargos, que são repartidos entre a base aliada, ou seja, para governar o presidente precisa dividir esse poder com os seus aliados.

“Por fim, vale ressaltar que os mecanismos do presidencialismo de coalizão, ao se valer do loteamento de postos ministeriais para a composição de maiorias parlamentares, operam como fator de perturbação da modernização administrativa. Pois na mesma medida em que interesses políticos partidários e eleitorais são acomodados neste loteamento, fica prejudicada a capacidade de os órgãos de planejamento coordenarem ações e políticas públicas” (WERNECK VIANNA, 2006, p. 189)

Seguindo essa lógica o PT com a vitória de Lula teve de buscar apoio no congresso e sob a batuta de José Dirceu se aliou a vários pequenos partidos com característica clientelistas constituídos por políticos especializados no empreendedorismo político. Com isso o PT foi levado a repartir as posições de poder entre essas forças. “O erro do partido foi ter montado essa vertebração com o que havia de mais atrasado na política brasileira. Foi o atalho maldito.” (Werneck Vianna, 2006, p. 210)

Devemos destacar que a escolha do PT por utilizar tal método se explica por este ser o modelo seguido pela estrutura política brasileira que demonstra ser em muitos aspectos marcada pela herança ibérica.

“Resta que, como nenhum tem, nem, até onde a vista alcança, terá maioria no esfacelado quadro partidário brasileiro, é destino de um e de outro, quando no poder, amparar-se no largo

regação da banda podre da política nacional, sempre atenta às oportunidades, sedenta de transações e com incorrigível inclinação à chantagem. Azar do Brasil” (GUIMARÊS, 2007 p.73)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do trabalho, podemos concluir que o presidencialismo de coalizão representou um dos principais fatores geradores da crise política vivenciada pelo partido ao longo da sua história no poder. Posto isto podemos afirmar, que acontecimentos ligados à corrupção como o Mensalão e o Petrolão originaram-se desse “fatiamento” de cargos gerenciais realizados pelo PT entre inúmeros partidos notoriamente clientelistas, cujo objetivo de existência, é gerir o capital público em proveito próprio.

Devemos enfatizar que concordamos a com as ideias de Juarez Guimarães que enxerga na crise do PT a própria crise do sistema político brasileiro, uma vez que a crise do partido se deu pela adequação deste aos métodos tradicionais de governar no Brasil, métodos estes amplamente baseados na corrupção.

“Ao se enraizar no estado e na sociedade brasileira, o PT se enriqueceu e se tornou mais afim ao meio. Tornou-se mais brasileiro, mais nordestino, mais amazônico, mais negro, mais heterogêneo, e aprofundou o seu conhecimento do Estado e das políticas públicas. Mas, em medida semelhante, na medida de sua cultura, adaptou-se ao viés eleitoral, parlamentar e até aos modos antigos de governar. A relação com o mundo político brasileiro com suas virtudes e vícios esta no centro da crise do romance de formação do PT” (GUIMARÊS, 2007, p.26)

REFERENCIAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

GUIMARÊS, Juarez. **A esperança crítica: 13 ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita**. Belo Horizonte, Editora Scriptum Livros, 2007.

KECK, Margaret. E. **A lógica da diferença: O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo, Editora Ática S.A., 1991.

VIANNA, Luiz. Werneck. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: A trajetória do PT no Pará**. São Paulo, Editora Boitempo Editorial, 1996

LEAL, Paulo R. F. **O PT e o Dilema da Representação Política: os deputados federais são representantes de quem?**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005

GENRO, Luciana ; ROBAINA, Roberto. **A Falência do PT**. Porto Alegre, Editora L&PM Editores, 2006

O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016 às 22:09h.

O “Novo” no Sindicalismo Brasileiro: Características, impasses e desafios. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9188/000060898.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 de fevereiro de 2016 às 22:10h.

Ação popular marxista-leninista e a formação do PT. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/3-ReginaldoP3.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016 às 17:34h.

O Fator “Agora é Lula” na Eleição Presidencial de 2002. Disponível em: <
http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/td_001_2007.pdf. Acesso dia 24 de fevereiro de 2016 às
10:56h.

Primeiro Mandato do Governo Lula (2003-2006): Uma revisão de literatura. Disponível em: <
http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/economia/20-economia.pdf. Acesso em 24 de fevereiro de
2016 às 19:48h.